

Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização outubro 2015

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém.

Numa fase em que se fala de recuperação económica, os últimos dados nacionais e europeus referentes à pobreza e exclusão social refletem o impacto que a crise económica e as várias medidas de austeridade implementadas após 2008 tiveram nestes fenómenos e nas pessoas que se encontram nestas situações.

Dos dados recolhidos ressalta:

- Em 2013, 24.5% da população europeia (aproximadamente 122.6 milhões de pessoas na EU28) era considerada como estando em risco de pobreza e/ou exclusão social, de acordo com a definição adotada pela Estratégia 2020. O valor registado para Portugal era de 27.5%.
- Em termos de género, são as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e de exclusão social (25.4%).
- Em termos etários e para ambos os sexos, é o grupo com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontra em maior risco de pobreza e de exclusão social. As crianças, com idades até aos 18 anos, constituíam o segundo grupo mais vulnerável à pobreza e à exclusão social, com 27.6%. No que diz respeito às pessoas mais idosas (65 e mais anos), a percentagem tem sido das mais reduzidas, com 18.3%.
- Tendo em conta a composição do agregado familiar verificou-se que, para 2013 e para a UE28, o risco de pobreza e exclusão social para as famílias monoparentais com um ou mais filhos a cargo manteve-se elevado – quase 50%.
- A situação dos imigrantes também é significativamente grave ao nível da UE. Em 2013, 34.4% das pessoas que viviam num país da UE que não era aquele onde nasceram, estavam em risco de pobreza e de exclusão social.
- Em 2013, 34.8% das pessoas com nível de escolaridade inferior ao secundário encontravam-se em risco de pobreza e de exclusão social (3 vezes mais em risco quando comparadas com outros grupos com nível de escolaridade superior).
- Pobreza Monetária: 16.7% da população da UE ganhava, em 2013, menos de 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente a nível nacional (limiar da pobreza). As famílias monoparentais foram as mais afetadas pela pobreza monetária (32%).
- Privação Material: 9.6% da população na UE28, em 2013, estavam em situação de privação material severa. Para Portugal a percentagem foi de 10.9% em 2013 e em 2014 estima-se uma ligeira descida para 10.6%.
- Baixa intensidade de trabalho: 10.7% das pessoas com idades entre os 0 e os 59 anos viviam em 2013 em agregados com muito baixa intensidade de trabalho.
- *In-work poverty*: Os homens (9.4%) são mais afetados pelo *in-work poverty* do que as mulheres (8.5%). A situação é diferente quando estão em causa os trabalhadores jovens com idades entre os 18 e os 24 anos, sendo que neste caso são mais as mulheres (12.5%) do que os homens (10.7%). No conjunto de todos os grupos etários, é junto dos trabalhadores jovens que se encontra a taxa mais elevada de pobreza.

- A taxa de desemprego em agosto de 2015 e para a UE28 de 9.5% (23 022 milhões de pessoas) e para a EA19 de 11.0% (17 603 milhões de pessoas). Portugal foi um dos países onde a taxa diminuiu entre agosto de 2014 e agosto de 2015, de 13.6% para 12.4% respetivamente.
- A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 20.4% (21.9% em agosto de 2014) e 22.3% na EA19 (23.6% em agosto de 2014). Para Portugal essa taxa diminuiu entre agosto de 2014 e agosto de 2015, de 33.2% para 31.8%.
- Segundo o Eurostat as disparidades salariais entre homens e mulheres situaram-se nos 16.4% na União Europeia. Em Portugal foi de 13.0%.
- Estima-se que o impacto do envelhecimento demográfico no seio da UE seja significativo nas próximas décadas. As pessoas com idades entre os 0 e os 14 anos correspondiam a 15.6% da população da UE28 (1 de janeiro de 2013); as pessoas em idade ativa, ou seja, com idades entre os 15 e os 64 anos, correspondiam a 66.5% da população e as pessoas idosas, com idades de 65 e mais anos, detinham a parcela de 17.9% da população (um aumento de 0.4% comparativamente ao ano anterior).
- O índice de dependência dos idosos está projetado para aumentar de 27.8% para 50.1% na EU (para Portugal estima-se um aumento de 29.8 para 63.9), o que implica que das 4 pessoas em idade ativa que existem para cada pessoa com mais de 65 anos, passarão a existir 2 pessoas em idade ativa.
- Em 2014 a população da UE alcançou os 507 milhões de pessoas, dos quais 169 milhões (33.3%) eram crianças e jovens (menos de 30 anos). Por sua vez, o número de pessoas idosas (com 65 e mais anos) tem vindo a exceder o número de crianças (menos de 15 anos) em 2004. O crescimento das pessoas idosas tem sido contínuo e o número de crianças tem-se mantido relativamente inalterado, daí em 2014 existirem na UE28 93.9 milhões de pessoas com 65 ou mais anos e 79.1 milhões de crianças.
- No que diz respeito aos dados do INE, em 2013, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004.
- Em 2013, 23% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 15.8% para agregados sem crianças dependentes.
- Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2013, seria de 25.9%, mais 6.4 pp do que a taxa de pobreza verificada através do cálculo normal. Verifica-se um aumento no risco de pobreza junto de todos os grupos etários, sendo que é junto dos mais idosos que se encontra uma maior discrepância entre o risco de pobreza de 2013 (15.1%).
- Em 2013, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.2 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 11.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre (10.7 em 2012 e 10.0 em 2011).
- Segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE relativos ao 2º trimestre de 2015 por local de residência a taxa de desemprego era de 11.9%.
- Em Portugal, 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004.
- Tendo em conta os grupos etários, verifica-se um aumento desta taxa nos diferentes escalões entre 2012 e 2013. Tanto para as crianças como para os adultos entre os 18 e os 64 anos, a taxa de risco de pobreza de 2013 é a mais elevada dos últimos 10 anos.
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%.

- Os últimos dados do INE indicam quem, em 2014, 27.5% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, sendo que para os homens era de 26.7% e para as mulheres de 28.1%.
 - Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2013, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.2 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
 - Os dados do INE apontam para a existência de 726 mil pessoas em situação de desemprego¹ em 2014, o que representa um decréscimo homólogo de 15.1% (menos 129,2 mil pessoas).
 - É junto dos jovens que a taxa de desemprego atinge valores mais elevados. Em 2014, mais de um terço dos jovens entre os 15 e os 24 anos que se encontravam disponíveis para trabalhar estavam em situação de desemprego (34.8%).
-

¹ INE; *Destaque - Estatísticas do Emprego*, 4º trimestre de 2014, 4 de fevereiro de 2014; www.ine.pt

INTRODUÇÃO

Por ocasião das comemorações do 17 de outubro procuramos atualizar os indicadores de pobreza e exclusão social, tendo em conta os dados disponíveis à data, quer a nível nacional, quer europeu.

O dia 17 de outubro assinala o Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e a necessidade de travar este flagelo a nível mundial. Sabemos que muitos acontecimentos recentes levam-nos a questionar até que ponto se caminha para a erradicação deste fenómeno ou, se pelo contrário, se caminha para o seu agravamento e sobretudo para a disparidade na distribuição do rendimento entre países.

A crise humanitária que vivemos com os refugiados, a incerteza na tomada de decisão por parte dos líderes europeus face a este fenómeno, as manifestações xenófobas que vamos assistindo um pouco por toda a Europa, levam-nos a temer por um futuro de forte instabilidade e desesperança.

Em relação ao nosso país e se olhássemos apenas para os números ficaríamos assustados com o número de crianças em Portugal que se encontra em situação de pobreza e ou exclusão social e ficávamos igualmente assustados com os números da emigração e com os números do desemprego jovem. Aqui falamos apenas das novas gerações, daquelas que irão escrever o futuro de Portugal. E estas novas gerações não têm uma herança muito promissora, não vislumbram oportunidades no nosso país e não se encontram confiantes para encarar os múltiplos desafios que se avizinham.

Depois temos também múltiplos desafios quando nos voltamos para a população idosa em Portugal, pois o índice de envelhecimento da população em Portugal é elevadíssimo e com projeções de longo prazo muito pouco animadoras.

Quanto aos adultos em idade ativa continuamos com elevadas taxas de desemprego jovem e desemprego de longa duração e, acima de tudo, continuamos com um número de trabalhadores pobres surpreendentemente alto e que não está necessariamente relacionado com o fenómeno da crise; sempre assim foi. Em Portugal a mão-de-obra é mal paga e o emprego precário predomina, afetando sobretudo as mulheres.

Este retrato da população portuguesa é real e no dia que se assinala a erradicação da pobreza importa alertar as consciências para estes factos; é este o nosso papel, é esta a nossa missão! Conduzir à mudança, conduzir à ação.

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

O recente relatório do Eurostat que aponta as tendências de evolução dos indicadores da Estratégia Europa 2020 – *Smarter, Greener, More Inclusive? Indicators to support the Europe 2020 Strategy*²– refere a inversão que o indicador do número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social tem vindo a sofrer, no sentido ascendente, desde 2009. Este crescimento deve-se, segundo o mesmo documento, ao impacto da crise económica de 2008 e da recessão que se seguiu e que atingiu a maior parte dos Estados Membros.

O indicador AROPE atingiu o seu valor mais baixo em 2009 com 114 milhões de pessoas em risco de pobreza e de exclusão social (UE27). Este valor subiu de forma significativa em 2012 para 123 milhões e voltou a reduzir ligeiramente em 2013 para 121.4 milhões (informação para a UE27). Segundo o relatório, estamos perante um intervalo de 24.8 milhões tendo em conta o objetivo 2020.

No que diz respeito à UE28 a situação é ligeiramente mais grave, sendo que em 2010 existiam 118 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social, valor este que aumentou em 2012 para 125 milhões e voltou a diminuir em 2013 para 122.6 milhões. O impacto da crise económica no mercado financeiro e no mercado laboral foi a principal causa para o aumento ocorrido em 2009.

Quadro 1: Pobreza e Exclusão Social na UE28, UE27 e Portugal (%)

	2010	2011	2012	2013
EU28	23.7	24.3	24.7	24.5
EU27	23.6	24.2	24.7	24.5
Portugal	25.3	24.4	25.3	27.5

Fonte: Eurostat

Em termos de género, são as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (25.4%), por comparação aos homens (23.6%) (informação relativa ao ano 2013). Esta situação não se verifica em Portugal e Espanha onde o risco de pobreza e de exclusão social foi igual para ambos os sexos.

Em termos de grupos etários (e para ambos os sexos), verificou-se que é o grupo com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontram em maior risco de pobreza e de exclusão social. Esta situação tem-se vindo a agravar desde 2009. As crianças, com idades até aos 18 anos, constituíam o segundo grupo mais vulnerável à pobreza e à exclusão social, com 27.6%.

No que diz respeito às pessoas mais idosas (65 e mais anos), a percentagem tem sido das mais reduzidas, com 18.3%. Segundo o Eurostat “as taxas para este grupo têm mostrado um declínio constante ao longo do período de

² Eurostat, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the European 2020 strategy*, European Union, 2015.

2010 a 2013. Como resultado, a diferença de idades aumentou. Isso indica que o peso da crise financeira recaiu de forma mais pesada sobre os grupos que já pertenciam aos grupos mais vulneráveis da sociedade”³.

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por grupo etário, 2012 e 2013 (%)

Ano referência	UE-28		EA18		PT	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
< 18	27.9	27.7	25.5	25.2	27.8	31.7
18-64	25.3	25.4	24.2	24.4	25.6	28.5
65 ou +	19.4	18.2	17.5	16.4	22.2	20.3

Fonte: Eurostat ([ilc_peps01](#) / update 12/03/2015)

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. O risco de pobreza e exclusão social para as famílias monoparentais com um ou mais filhos a cargo manteve-se significativamente elevado em 2013 – quase 50%. Segundo o Eurostat, “embora este seja um problema sério para este tipo de agregado, as famílias monoparentais correspondem a apenas 4.6% de todos os agregados”. A percentagem mais reduzida, e que também tem demonstrado mais melhorias desde 2005, corresponde aos agregados com 2 adultos onde pelo menos 1 tem 65 ou mais anos. Esta descida verifica-se em todos os Estados Membros, o que leva a constatar que a ausência de crianças num agregado é fator de redução do risco de pobreza e de exclusão social.

A situação dos imigrantes também é significativamente grave ao nível da UE. Em 2013, 34.4% das pessoas que viviam num país da UE que não era aquele onde nasceram, estavam em risco de pobreza e de exclusão social. Segundo o Eurostat esta situação pode ser explicada pelo facto dos “imigrantes terem sido os que mais sofreram com o aumento do desemprego na UE”.

O nível educacional também tem impacto na maior ou menor vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social. Em 2013, 34.8% das pessoas com nível de escolaridade inferior ao secundário encontravam-se em risco de pobreza e de exclusão social (3 vezes mais em risco quando comparadas com outros grupos com nível de escolaridade superior). No entanto, “ter uma melhor educação não protege, necessariamente, as pessoas da crise. Em 21 Estados Membros, a taxa também subiu em 2013, em comparação com 2008, entre aqueles que possuíam maior nível de escolaridade. Por exemplo, na Grécia aumentou 7.8 pp e no Chipre, 6.4 pp.”⁴.

O indicador (AROPE – People at-risk-of-poverty or social exclusion rate) é definido com a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

³ EUROSTAT, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*, Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2015, p.141.

⁴ EUROSTAT, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*, Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2015, p.144.

Tendo em conta estas três dimensões que compõem o indicador, e fazendo também uma comparação com a situação para Portugal verificamos relativamente a este país uma subida em todas estas dimensões. O Eurostat salienta que o indicador AROPE aumentou na maior parte dos Estados Membros, o que contribuiu para uma maior distanciamento da meta estabelecida na Estratégia Europa 2020.

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por tipologia de riscos, 2012, 2013, 2014 (po)

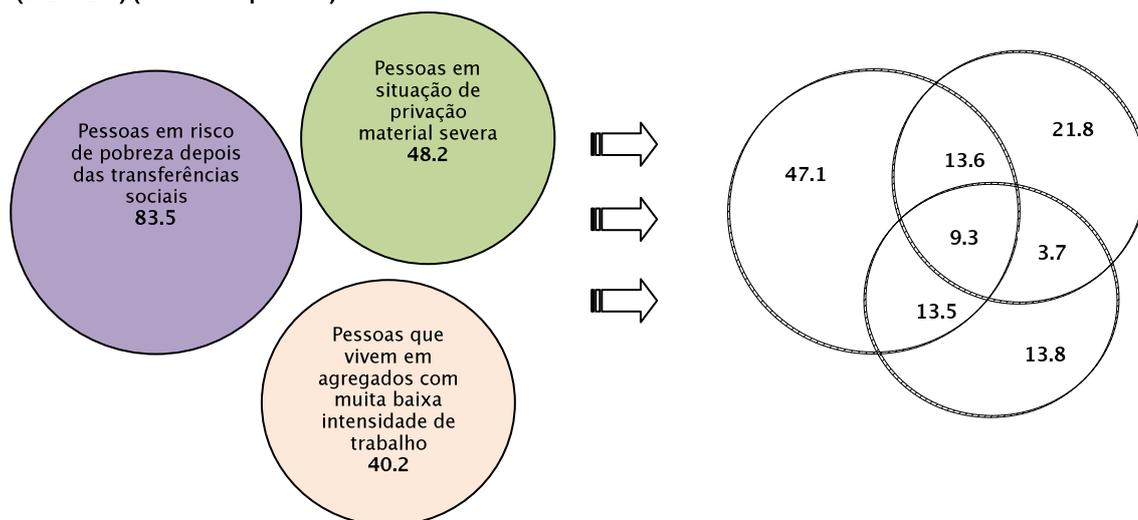
Ano de referência	2012		2013		2014 (po)
	UE28	PT	UE28	PT	PT
Percentagem do total da população em risco pobreza ou exclusão social (%)	24.8	25.3	24.4	27.5	27.5
Número de Pessoas (1000 pessoas)	123.1	2 667	121.4	2 877	2 877
População em risco de pobreza (%)	16.9	17.9	16.6	18.7	19.5
População em situação de privação material severa (%)	9.9	8.6	9.6	10.9	10.6
População com idade inferior a 60 anos vivendo em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)	10.4	10.1	10.6	12.2	12.2

Fonte: Eurostat_Newsrelease 38/2015; Eurostat_Database; INE_Rendimento e Condições de Vida 2014

Cerca de 40 milhões de pessoas, ou quase um terço (32.6%) das pessoas em risco de pobreza e de exclusão social, eram afetadas por mais do que uma dimensão da pobreza. Destas destaca-se:

- 13.6 milhões estavam em situação de pobreza monetária e privação material;
- 3.7 milhões eram duplamente privadas do ponto de vista material e viviam em agregados com muito baixa intensidade de trabalho;
- 13.5 milhões estavam em situação de baixa intensidade de trabalho e pobreza monetária;
- 9.3 milhões de pessoas eram afetadas pelas 3 dimensões que compõem o indicador.

Gráfico 1: Agregação dos sub-indicadores das “Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social; UE-28, 2013 (estimativa) (milhões de pessoas)”⁵



Fonte: Eurostat (online data codes: ilc_pees01)

➤ Pobreza monetária

16.7% da população da UE ganhava, em 2013, menos de 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente a nível nacional (limiar da pobreza). O número de pessoas consideradas monetariamente pobres depende do nível a que o limiar da pobreza está estabelecido. O quadro seguinte demonstra esta situação:

Quadro 4: Pessoas em risco de pobreza depois das transferências sociais, por limiar de pobreza, UE-28, 2010 e 2013 (estimativa)

Limiar da pobreza	2010		2013	
	1 000 pessoas	% da população	1 000 pessoas	% da população
40%	28 216	5.7	28 769	5.7
50%	50 115	10.1	51 039	10.2
60%	82 147	16.5	83 462	16.7
70%	120 933	24.3	123 242	24.6

Fonte: Eurostat (online data code: ilc_li02)

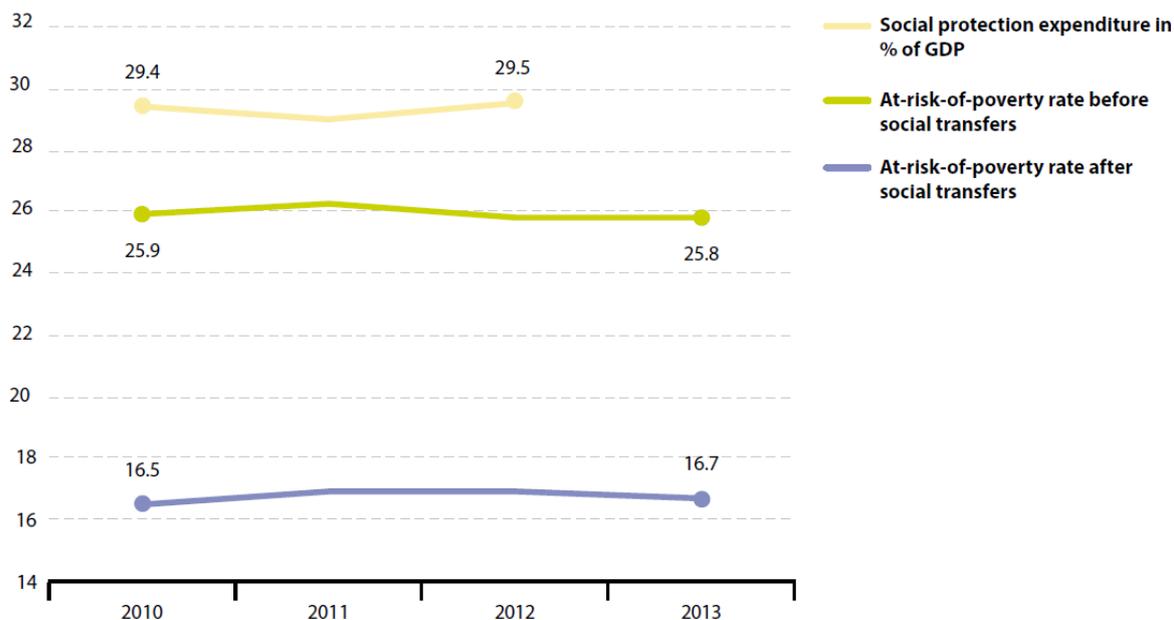
As famílias monoparentais foram as mais afetadas pela pobreza monetária (32%). Segundo o Eurostat os agregados com crianças estão mais expostos ao risco de pobreza, porque as crianças geralmente enfrentam um maior risco de viver nesta situação. Os jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos são dos grupos em maior risco de pobreza, tendo-se verificado um aumento de 2.7 pp em 2013.

O baixo nível de escolaridade é também um fator de risco para a pobreza monetária (28% em 2013 para o grupo de pessoas com idades entre os 18 e os 64 anos). Isto poderá estar relacionado com o maior nível de desemprego e de pobreza dos trabalhadores (*in-work poverty*) que afetam de forma mais significativa os trabalhadores de baixas qualificações.

⁵ EUROSTAT, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the Europe 2020 strategy*, Luxembourg, Publication Office of the European Union, 2015, p.146

Um dos fatores que tem impacto na redução da pobreza prende-se com as transferências sociais. O **sistema de proteção social**, ao garantir, através de diferentes benefícios, o apoio financeiro às pessoas em risco de pobreza, acaba por ter um efeito significativo na redução da mesma (ou pelo menos na redução da gravidade deste fenómeno). A despesa com a proteção social foi em 2010 na ordem dos 29.4% do PIB, desceu ligeiramente em 2011 e voltou a subir em 2012 na ordem dos 29.5% do PIB. O impacto das transferências sociais na taxa de risco de pobreza é também significativo, como se pode ver no gráfico seguinte:

Gráfico 2: Impacto da despesa com a proteção social na taxa de risco de pobreza, EU28, 2010-13⁶



Fonte: Eurostat (online data codes: ilc_li02, ilc_li10, spr_exp_sum)

Em termos de desigualdade na distribuição dos rendimentos, verificou-se que esta se manteve estável entre 2008 e 2013, sendo que os 20% da população mais rica ganhavam 5 vezes mais do que os 20% da população mais pobre.

➤ Privação material severa

48.2 milhões de pessoas da UE viviam em 2013 em condições de privação material severa (o segundo tipo mais comum de pobreza na UE). Segundo o Eurostat em alguns países a proporção de pessoas que vivem em condições de grande vulnerabilidade é muito mais elevada que a proporção de pessoas em risco de pobreza monetária. Desde 2008 que esta percentagem tem vindo a aumentar na maior parte dos países da UE. A taxa diminuiu em 9 países e manteve-se estável em 2 países.

Quadro 5: Privação Material Severa

Ano de referência	2008	2012	2013	2014 (p)
UE28	-	9.9	9.6	-

⁶ Os dados para 2013 para a taxa de risco de pobreza são estimativas; os dados para a despesa da proteção social são provisões; as pensões estão excluídas das transferências sociais.

EA18	5.9	7.7	7.5	-
PT	9.7	8.6	10.9	10.6

Fonte: Eurostat (online data code: t2020_53)

Em termos de idades e género, são as mulheres e as pessoas com idades entre os 18 e os 64 anos os mais afetados por este problema. As famílias monoparentais, as pessoas com baixa escolarização e os imigrantes são também os grupos mais vulneráveis à privação material.

Em 2013, 40% da população europeia referia que o seu agregado não era capaz de fazer face a despesas inesperadas; 12% declararam que tinham dificuldades a este nível.

➤ **Baixa Intensidade do Trabalho**

40.2 milhões de pessoas (10.7%) com idades entre os 0 e os 59 anos viviam em 2013 em agregados com muito baixa intensidade de trabalho. Este indicador tem sofrido oscilações ao longo destes anos: depois de ter subido entre 2005 e 2006, desceu entre 2006 e 2008, ficou estável por um ano e depois voltou a subir em virtude do aumento do desemprego que caracterizou o período de crise que se viveu após 2008.

Quadro 6: Pessoas a viverem em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)

Ano de referência	2008	2012	2013
EU28	-	10.5	10.8
EA18	9.2	10.6	11.1
PT	6.3	10.1	12.2

Fonte: Eurostat (online data code: t2020_51)

Segundo o Eurostat, em 2013, uma em cada 3 pessoas (33%) que se encontravam no quintil de rendimento mais baixo da UE viviam em agregados com muito baixa intensidade de trabalho. Este cenário agrava-se para uma em cada duas no caso das pessoas solteiras (56.5%) e para quase uma em cada duas para as famílias monoparentais (47.2%) com o quintil mais baixo de rendimento.

A educação constitui-se como uma importante alavanca para tirar as pessoas da pobreza. Neste sentido, as pessoas com baixos níveis de escolaridade têm uma maior dificuldade em conseguir trabalho. Em 2013, 21.5% das pessoas que se encontravam nesta situação viviam em agregados com muito baixa intensidade de trabalho. Os imigrantes, e, em particular as mulheres (com idades entre os 25 e os 59 anos), também encontram sérias dificuldades em encontrar emprego: 17.9% de imigrantes, mulheres, viviam em agregados com muito baixa intensidade de trabalho.

O desemprego e a inatividade são, segundo o Eurostat, os principais fatores da pobreza monetária e da privação material. Em 2013, praticamente uma em cada duas das pessoas desempregadas estavam em risco de pobreza depois das transferências sociais (46.5% em 2013). No mesmo sentido, 26.8% das pessoas economicamente inativas estavam em risco de pobreza. A situação agrava-se nos casos dos desempregados de longa duração, uma vez que a possibilidade de encontrarem um emprego está muito mais dificultada. Em 2013, 5.1% da

população ativa estavam desempregadas há mais de 1 ano, sendo que mais de metade deste grupo (cerca de 57%) estava desempregada há mais de 2 anos. As diferenças de género a este nível têm-se vindo a esbater nestes últimos anos.

No caso da situação de pobreza das pessoas empregadas (in-work poverty) verificou-se que são as famílias monoparentais que se encontram em maior risco de pobreza (1 em cada 5), logo seguidas das pessoas que trabalham em part-time. Os homens (9.4%) são mais afetados pelo in-work poverty do que as mulheres (8.5%). A situação é diferente quando estão em causa os trabalhadores jovens com idades entre os 18 e os 24 anos, sendo que neste caso são mais as mulheres (12.5%) do que os homens (10.7%). No conjunto de todos os grupos etários, é junto dos trabalhadores jovens que se encontra a taxa mais elevada de pobreza.

Emprego e Desemprego

O Relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o emprego no mundo⁷ alerta para a contínua deterioração do emprego do ponto de vista global. Em 2014 existiam mais de 201 milhões de pessoas desempregadas no mundo, mais 31 milhões do que no início da crise. Em termos de previsões o relatório refere que é esperado um crescimento do desemprego em 2015 na ordem das 3 milhões de pessoas e mais 8 milhões nos 4 anos seguintes. No que diz respeito aos grupos mais afetados pelo desemprego estão as mulheres, jovens. Em 2014, cerca de 74 milhões de jovens (com idades entre os 15 e os 24 anos) estavam à procura de trabalho. A taxa de desemprego jovem é praticamente 3 vezes mais alta que a taxa de desemprego das pessoas adultas. Outra referência prende-se com a incidência do emprego precário e no facto deste se manter constante em cerca de 45% do total do emprego nos próximos 2 anos. Uma tendência que contrasta com o decréscimo do trabalho precário verificado no período pré-crise. **O número de trabalhadores em empregos precários aumentou cerca de 27 milhões desde 2012, e neste momento mantem-se nos 1.44 biliões. Segundo o mesmo relatório, o progresso na redução da pobreza no trabalho abrandou e, no final desta década, espera-se que um em cada 14 trabalhadores esteja a viver numa situação de pobreza extrema.**

O relatório destaca que a persistência de precárias condições económicas e laborais provocou em diferentes países um agravamento da situação de desemprego. No segundo trimestre de 2014, o desemprego de longa duração na UE27 chegava aos 50%. As maiores percentagens verificaram-se na Grécia (74.4%), em Itália (62.7%) e em Portugal (62.4%). O desemprego de longa duração tem sérias consequências. A OIT refere que, por um lado, com o aumento das situações de desemprego de longa duração, há uma tendência para a erosão das competências e capacidades das pessoas, um agravamento da situação de exclusão social, o que, no conjunto contribuiu para uma maior dificuldade de integração no mercado de trabalho destas pessoas. Por outro lado, com a maior permanência das pessoas em situação de desemprego de longa duração (a duração média tem vindo a aumentar em muitos países), estas deixam de ser abrangidas por qualquer apoio económico ou proteção social, o que contribui para o aumento da pobreza e da vulnerabilidade. A situação de pobreza entre as pessoas desempregadas tem-se revelado bastante dramática:

⁷ International Labour Organization, *World Employment Social Outlook*, Genebra, ILO, 2015

Quadro 7: Desemprego de longa duração e indicadores sociais na UE27 (%)⁸

	2008	Últimos dados
Desemprego de longa duração	38.5	50.0
População em risco de pobreza	16.6	16.6
Desempregados em risco de pobreza	44.8	46.6
Pessoas em risco de pobreza e de exclusão social	23.8	24.4

Fonte: Departamento de Investigação da OIT com base em dados do Eurostat

No que diz respeito aos dados mais recentes para a Europa, o Eurostat⁹ aponta uma taxa de desemprego em Agosto de 2015 e para a UE28 de 9.5% (23 022 milhões de pessoas) e para a EA19 de 11.0% (17 603 milhões de pessoas). As taxas de desemprego para a UE28 e para a EA19 diminuíram quando comparadas com o período homólogo (agosto de 2014), sendo respetivamente, 10.1% e 11.5%. Em comparação com julho de 2015, o número de pessoas desempregadas diminuiu 33 000 na UE28 e 1 000 na zona euro.

De entre os Estados Membros as mais baixas taxas de desemprego registaram-se, em agosto de 2015, na Alemanha (4.5%), na República Checa (5.0%) e Malta (5.1%), e as mais elevadas na Grécia (25.2% em junho de 2015) e na Espanha (22.2%). No período de um ano, a taxa de desemprego em agosto de 2015 diminuiu em 23 Estados Membros, aumentou em 4 e manteve-se estável na Roménia. Portugal foi um dos países onde a taxa diminuiu entre agosto de 2014 e agosto de 2015, de 13.6% para 12.4% respetivamente.

No que diz respeito ao desemprego jovem, em agosto de 2015, 4 610 milhões de jovens (com idades inferiores a 25 anos) estavam desempregados na UE28 (3 131 milhões na zona euro). A taxa de desemprego jovem para a UE28 foi de 20.4% (21.9% em agosto de 2014) e 22.3% na EA19 (23.6% em agosto de 2014). Para Portugal essa taxa diminuiu entre agosto de 2014 e agosto de 2015, de 33.2% para 31.8%.

Segundo o Eurostat a taxa de desemprego dos jovens é geralmente mais elevada do que a taxa de desemprego para todas as idades. A crise económica parece ter atingido mais os jovens do que as outras faixas etárias.

No que diz respeito ao Emprego, segundo os últimos dados disponíveis do Eurostat¹⁰ de 15 de setembro de 2015 o número de pessoas empregadas aumentou 0.3% na euro area¹¹ (EA19) e cerca de 0.2% na Europa dos 28 no segundo trimestre de 2015 comparando com o anterior trimestre. No primeiro trimestre de 2015, o Emprego aumentou 0.2% na euro area e 0.3% na Europa dos 28. O Eurostat estima que no segundo trimestre de 2015 228.8 milhões de homens e mulheres encontravam-se empregados na UE28 e destes 151.0 milhões encontram-se

⁸ “Nota: os números aqui presentes referem-se à UE27 uma vez que alguns dados restringem-se a 2013. Todos os números do emprego referem-se à população com 15 ou mais anos. O desemprego de longa duração diz respeito aos desempregados há mais de um ano, tendo por base o total dos desempregados. Os números para o desemprego de longa duração referem-se ao Q2 2008 e ao Q2 2014. Os últimos números da pobreza são de 2013”. In International Labour Organization, *World Employment Social Outlook*, Genebra, ILO, 2015, p.36.

⁹ *Euro area unemployment rate at 11.0%*, Newsrelease 167/2015 de 30 de Setembro de 2015

¹⁰ *Employment up by 0.3% in euro area and 0.2% in EU28*, Newsrelease 157/2015 de 15 de Setembro de 2015

¹¹ Países que compõem a euro area - Bélgica, Alemanha, Estónia, Irlanda, Grécia, Espanha, França, Itália, Chipre, Lituânia, Letónia, Luxemburgo, Malta, Holanda, Áustria, Portugal, Eslovénia, Eslováquia e Finlândia.

na EA. No que diz respeito à situação dos países, Portugal (+ 1.3%) e a Grécia (+ 1.2%) apresentam a maior subida no segundo trimestre de 2015 comparando com o trimestre anterior, seguido da Irlanda e Espanha (ambos mais 0.9%), Estónia (+ 0.8%), Luxemburgo e Eslováquia (ambos + 0.7%).

Segundo o relatório da Comissão Europeia – *EU Employment and Social Situation*¹² - o emprego na EU continua a melhorar moderadamente, mas de forma consistente, embora com diferenças significativas entre os Estados membros. Estas melhorias verificaram-se em quase todos os sectores económicos e o aumento foi mais visível entre os contratos a tempo inteiro e permanentes, do que nos contratos temporários e em part-time (em termos absolutos). No terceiro trimestre de 2014, o número de trabalhadores a tempo inteiro aumentou cerca de 1.3 milhões ou 0.8%. Por sua vez o número de trabalhadores em part-time aumentou cerca de 280 000 ou 0.7%. O número de pessoas a trabalhar a tempo inteiro manteve-se nos 5.1%, marcadamente inferior ao verificado em 2008, enquanto que o emprego em part-time cresceu continuamente desde 2008 cerca de 8.8%.

As melhorias no emprego verificam-se em todos os grupos populacionais e também para as mulheres e os homens, no entanto, apesar dos resultados positivos, especialmente entre as mulheres, as disparidades em termos de género mantêm-se significativas na ordem dos 10 pp (76% vs 64%). A procura de trabalho melhorou, mas manteve-se baixa na UE. O aumento da produtividade manteve-se fraco no quarto trimestre de 2014 com um crescimento de 0.3% num ano (até ao 4º trimestre de 2014).

Um aspeto relevante a considerar prende-se com o rendimento e situação financeira dos agregados. Em média, o crescimento do rendimento bruto disponível manteve-se, em termos reais, no terceiro trimestre de 2014, e com um ritmo mais acelerado: uma taxa de crescimento anual de 1.3%, acima de 0.7% e 1.0% observados no ano do primeiro e segundo trimestre, respetivamente. O crescimento no rendimento dos agregados é reforçado pelo rendimento obtido através do trabalho e pelo apoio dos benefícios sociais.

As **dificuldades financeiras (financial distress)**¹³ das famílias permanecem inalteradas na UE no quarto trimestre de 2014, abaixo do pico observado no final de 2013. As dificuldades financeiras afetam cerca de 15% da população. As mais altas taxas observadas nos últimos anos têm sido praticamente impulsionadas pela crescente dependência de poupanças, especialmente desde meados de 2010. As dificuldades financeiras para os agregados de baixos rendimentos aumentaram, novamente, no quarto trimestre de 2014, depois de terem diminuído desde o final de 2013. No geral, cerca de 10% dos adultos em agregados com baixos rendimentos contraíram uma dívida e 16% recorrem às poupanças para cobrir despesas correntes. Por comparação, para o total da população, as percentagens são 5% e 11%, respetivamente.

¹² European Union, *EU Employment and Social Situation*, Quarterly Review, Luxemburgo, Publications Office of the European Union, Março de 2015

¹³ A necessidade de planear poupanças ou lidar com uma dívida para cobrir despesas correntes.

Disparidades salariais entre homens e mulheres

Segundo o Eurostat¹⁴ as disparidades salariais¹⁵ entre homens e mulheres situaram-se nos 16.4% na União Europeia. Oscila entre os menos 5% na Eslovénia para mais de 20% na Estónia, Áustria, República Checa e Alemanha. Em Portugal foi de 13.0%.

As diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho devem-se, não só, às diferenças salariais, mas também ao tipo de ocupação que detêm. As mulheres representam 46% das pessoas empregadas, mas estão sub-representadas entre os cargos de gerência (só um terço dos gerentes pertenciam ao sexo feminino em 2013 e na UE), mas estão sobre representadas entre os trabalhadores dos sectores administrativos, bem como entre os serviços e vendedores (contabilizam cerca de 2/3 das pessoas empregadas nestas ocupações).

Relativamente ao tipo de emprego assumido, as diferenças também são significativas, sendo que em 2013, uma mulher empregada em três (31.8%) trabalhava em part-time, por comparação a um homem (menos do que um) em 10 (8.1%).

No seguinte quadro são visíveis os países onde se verificaram as maiores subidas e as maiores descidas entre 2008 e 2013 relativamente às disparidades salariais entre homens e mulheres. Portugal foi o país onde se verificou o maior aumento das disparidades no período em análise.

Quadro 8: Disparidades salariais entre homens e mulheres (%)

	Total		Evolução 2013/2008 (em pontos percentuais)
	2008	2013	
UE	17.3	16.4	-0.9 pp
Lituânia	21.6	13.3	-8.3 pp
Polónia	11.4	6.4	-5.0 pp
República Checa	26.2	22.1	-4.1 pp
Malta	9.2	5.1	-4.1 pp
Chipre	19.5	15.8	-3.7 pp
Portugal	9.2	13.0	+3.8 pp
Espanha	16.1	19.3	+3.2 pp
Letónia	11.8	14.4	+2.6 pp
Itália	4.9	7.3	+2.4 pp
Estónia	27.6	29.9	+2.3 pp

Fonte: Eurostat; os dados agregados da UE incluem para 2008 a UE27 (sem a Croácia) e a UE28 para 2013

¹⁴ *Women earned on average 16% less than men in 2013 in the EU*, Newsrelease 41/2015, 5 Março 2015.

¹⁵ "A disparidade salarial entre homens e mulheres representa a diferença entre a remuneração média bruta por hora dos trabalhadores do sexo masculino e do sexo feminino como uma percentagem média da remuneração média bruta por hora dos trabalhadores do sexo masculino".

O Eurostat¹⁶ reitera que o impacto do envelhecimento demográfico no seio da UE será significativo nas próximas décadas. As baixas taxas de natalidade e o aumento da esperança ao longo da vida mudarão a estrutura da pirâmide de idades da UE28. Por ocasião do Dia Internacional das Pessoas Idosas, o Eurostat divulgou um documento¹⁷ atualizado com alguns indicadores exemplificativos desta situação: Em 2014, a proporção das pessoas com 65 ou mais anos atingiu 18.5% na UE e está projetada para aumentar em 2080 para cerca de 30%. No caso específico das pessoas com 80 ou mais anos, espera-se igualmente um aumento significativo dos atuais 5% (2014) para mais de 12% (2080).

Os Estados Membros com maior proporção de pessoas com 80 ou mais anos foram a Itália (6.4%), a Grécia (6.0%) e Espanha e França (5.7% cada). As menores proporções estão em países como Irlanda e Eslováquia (3.0% cada) e Chipre (3.1%). Portugal tem uma percentagem de 5.5% em 2014 e as projeções indicam uma subida para 15.8% (2080) (a segunda maior no conjunto dos Estados membros, a seguir à Eslováquia – 16.3%).

O mesmo documento salienta que em 2013 e para a UE, 18.2% das pessoas com 65 ou mais anos estão em risco de pobreza e de exclusão social (Portugal, 20.3%) e 6.9% estão em situação de privação material severa (Portugal, 9.0%).

De acordo com o Relatório do Envelhecimento 2015 e também, em termos de projeções¹⁸, o índice de dependência dos idosos está projetado para aumentar de 27.8% para 50.1% na EU (para Portugal estima-se um aumento de 29.8 para 63.9), o que implica que das 4 pessoas em idade ativa que existem para cada pessoa com mais de 65 anos, passarão a existir 2 pessoas em idade ativa. Na UE estima-se que a esperança de vida à nascença aumente, para os homens, de 7.2 anos no período da projeção (77.6 anos em 213 para 84.7 anos em 2060); para as mulheres estima-se um crescimento de 6.0 anos (de 83.1 em 2013 para 89.1 em 2060).

No que diz respeito à população mais jovem, o Eurostat¹⁹ apresentou recentemente o relatório *Being Young in Europe*, que alerta para a diminuição contínua da população mais jovem. Em 2014 a população da UE alcançou os 507 milhões de pessoas, dos quais 169 milhões (33.3%) eram crianças e jovens (menos de 30 anos). Por sua vez, o número de pessoas idosas (com 65 e mais anos) tem vindo a exceder o número de crianças (menos de 15 anos) em 2004. Na UE27 em 1994 existiam 88.6 milhões de crianças e 68.9 milhões de pessoas idosas. Em 2003 o hiato entre ambos os grupos tornou-se menor, com 81.5 milhões de crianças e 79.6 milhões de pessoas idosas. Em 2004, e pela primeira vez, existiam tantas pessoas idosas como crianças (80.7 milhões na UE28). O crescimento das pessoas idosas tem sido contínuo e o número de crianças tem-se mantido relativamente inalterado, daí em 2014 existirem na UE28 93.9 milhões de pessoas com 65 ou mais anos e 79.1 milhões de crianças.

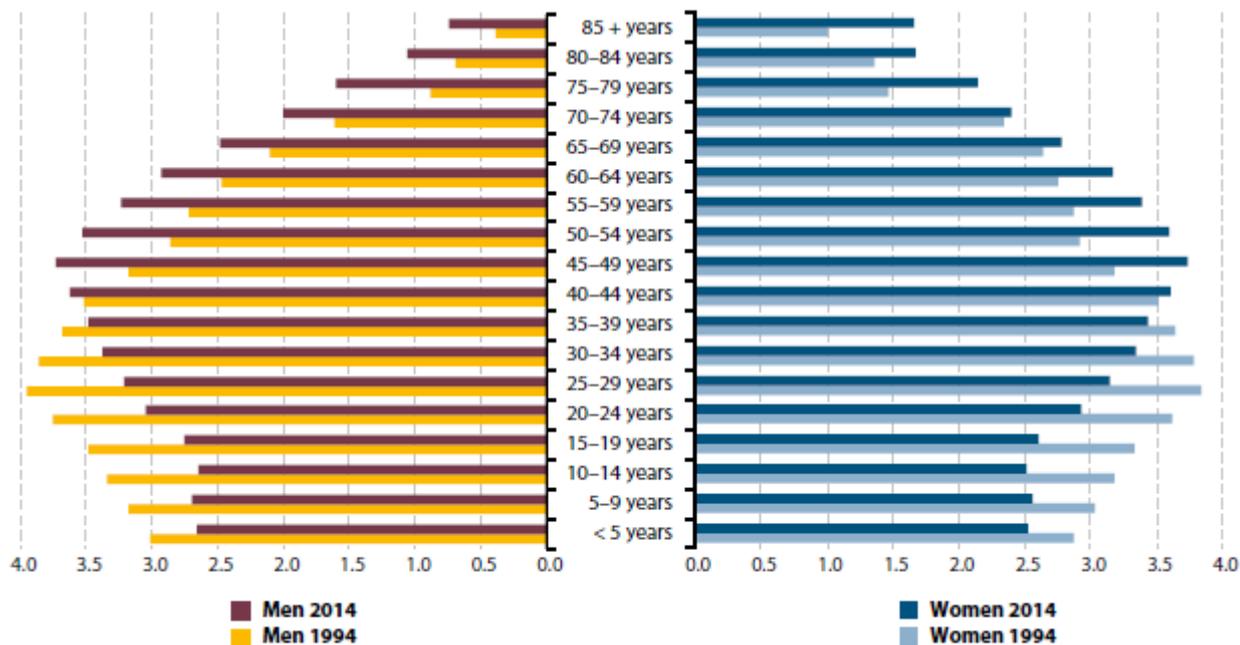
¹⁶ Eurostat, *Key figures on Europe_2014 edition*, Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2014.

¹⁷ *1 out of every 8 persons in the EU could be 80 or above by 2080*, Newsrelease 166/2015 de 29 de Setembro de 2015.

¹⁸ European Commission, *The 2015 Ageing Report. Underlying assumptions and projection methodologies*, Brussels, EC_DG ECOFIN, 2014.

¹⁹ Eurostat, *Being Young in Europe Today*, Luxembourg, Publications Office of the Europe Union, 2015

Gráfico 3: Estrutura da população por grupos de 5 anos e por sexo, em 2013, EU28 (*) (% do total da população)



Fonte: Eurostat (online data code: demo_pjangroup)

(*) Os dados referem-se a 1 de janeiro de cada ano de referência. 1993: UE27 em vez de UE28

Em termos de agregados, são as famílias com uma única pessoa e os casais sem filhos que constituem a maioria dos agregados na EU.

Relativamente ao acesso ao mercado de trabalho tem-se verificado nos últimos anos uma maior dificuldade dos jovens a encontrar um emprego após saírem do sistema de ensino. O desemprego jovem tem sido um dos grandes problemas em alguns dos Estados Membros, em particular nos que foram mais atingidos pela crise financeira.

Em termos de condições de vida, embora quase todas as crianças da UE cresçam em condições favoráveis, 3 em cada 10 estavam em risco de pobreza e de exclusão social em 2013. No conjunto das diferentes formas de pobreza e de exclusão, a pobreza monetária era a mais presente entre as crianças. Situação que se foi agravando com a crise económica. A educação dos pais é um importante fator no risco de pobreza das crianças, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade dos pais, menor o risco de exposição às situações de pobreza. No mesmo sentido, 1 em cada 10 agregados com crianças a cargo estavam em situação de pobreza no trabalho (10.6% em 2013).

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza²⁰

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU- SILC) realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal indica que 19.5% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2013, valor que aumentou 0.8 p.p face ao ano anterior e o mais elevado desde 2004. Refira-se também que a taxa de risco de pobreza aumentou 1.6 p.p. desde o início do programa de assistência financeira da União Europeia e do FMI a Portugal em 2011.

É importante referir que a taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento mediano por adulto equivalente²¹, permitindo assim que o risco de pobreza seja medido tendo em conta os rendimentos da população de um país num determinado momento. Registou-se um aumento nominal de 0.6% entre 2012 e 2013. Consequentemente o limiar, ou linha de pobreza relativa aumentou de 4 906 euros para 4 937 euros (de 409 euros mensais passou para 411 euros mensais).

Quadro 9: Limiar de Risco de Pobreza (2004 - 2013) (INE)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4906	4937

Fonte: INE

Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A este nível, 2012 foi um ano excecional com uma taxa de risco de pobreza superior junto dos homens. Em 2013, verifica-se novamente a maior vulnerabilidade das mulheres às situações de pobreza, no entanto a diferença é apenas de 0.1 p.p. Desde 2011, a taxa de risco de pobreza aumentou 1.8 pp para as mulheres e 1.4 pp para os homens.

Tendo em conta os grupos etários, verifica-se um aumento desta taxa nos diferentes escalões entre 2012 e 2013. Tanto para as crianças como para os adultos entre os 18 e os 64 anos, a taxa de risco de pobreza de 2013 é a

²⁰ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; Bases de Dados do INE atualizadas em 16 de outubro de 2015; www.ine.pt

²¹ Segundo o INE, “O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo do rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalente e o seu valor atribuído a cada membro da família”.

mais elevada dos últimos 10 anos. No caso dos idosos, pelo contrário, verificou-se uma diminuição gradual da taxa de risco de pobreza desde 2003, uma tendência que, no entanto foi contrariada no último ano com um aumento de 0.5 pp.

Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%. Por outro lado, foi junto deste grupo que se verificou um maior crescimento homólogo desta taxa (1.2 p.p para as crianças; 0.7 p.p para o grupo entre os 18 e 64 anos; 0.5 pp para mais de 64 anos) e maior crescimento desde 2011 (3.9 p.p para as crianças; 2.9 pp para o grupo entre os 18 e 64 ano; -2.3 pp para os idosos).

Quadro 10: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2003-2013 (INE) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19.2	18.7	17.7	17.2	17.9	17.3	17.3	17.6	17.5	18.8	18.9
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	21.6	20.1	19.1	19.0	19.1	18.4	18.4	18.4	18.2	18.7	20.0
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.6	23.7	20.8	20.9	22.8	22.9	22.4	22.4	21.8	24.4	25.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17.0	15.9	15.7	15.2	16.3	15.8	15.7	16.2	16.9	18.4	19.1
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	28.9	27.6	26.1	25.5	22.3	20.1	21.0	20.0	17.4	14.6	15.1

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida; atualização em 16 de outubro de 2015

Com exceção dos anos de 2005 e 2006, ao longo da última década a taxa de risco de pobreza tem-se mantido mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2013, 23% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 15.8% para agregados sem crianças dependentes. Desde 2009 que a diferença entre a vulnerabilidade à pobreza dos

agregados sem filhos e dos agregados com filhos tem vindo continuamente a aumentar. Em 2009 a taxa de pobreza dos agregados com filhos era 2.6 pp superior a dos agregados sem filhos. Em 2013, a diferença é de 7.2 pp.

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes são as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza (38.4% em ambos os agregados). Refira-se ainda que durante o período homólogo houve uma diminuição da taxa de risco de pobreza entre os agregados constituídos por dois adultos com crianças dependentes, mas verificou-se um forte aumento junto das famílias monoparentais (5.3 pp) e dos “outros agregados com crianças dependentes” (5 pp). Este último agregado familiar - que inclui por exemplo os agregados com três ou mais adultos com crianças dependentes - enfrenta igualmente um elevado risco de pobreza (28.8%).

Quadro 11: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC 2014) (%)

Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total sem crianças dependentes	20.0	18.5	18.9	18.7	16.1	15.4	16.5	15.8	15.2	15.0	15.8
1 Adulto sem crianças	35.2	37.1	34.9	33.0	31.0	28.0	30.1	27.5	24.2	21.9	23.1
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	25.7	28.0	26.3	27.3	25.0	20.1	22.2	23.2	20.7	22.3	23.8
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41.0	42.2	39.8	36.6	34.5	32.7	34.9	30.1	26.6	21.6	22.5
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16.2	15.2	18.3	17.6	16.5	16.4	16.6	16.2	16.6	17.0	17.4
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30.0	28.1	25.8	26.4	21.7	18.7	20.3	19.5	16.5	13.4	13.1
Outros agregados, sem crianças	11.5	8.7	9.5	9.3	7.4	8.7	9.1	9.1	10.1	12.0	13.1
Total, com crianças dependentes	20.6	20.0	18.1	17.7	20.4	19.9	19.1	20.1	20.4	22.2	23.0
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	34.8	31.5	41.2	33.6	38.9	37.0	37.0	27.9	30.5	33.1	38.4
2 Adultos com 1 criança	12.8	14.7	12.1	12.2	16.7	13.4	12.6	15.6	16.2	16.0	15.4
2 Adultos com 2 crianças	24.0	23.9	18.6	17.0	20.6	19.4	17.1	19.8	17.0	19.9	18.0
2 Adultos com 3 + crianças	41.0	42.0	37.8	43.3	31.9	36.1	33.2	34.5	41.2	40.4	38.4

Outros agregados, com crianças	17.5	14.9	15.8	16.3	18.0	20.1	20.7	19.5	22.3	23.8	28.8
--------------------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Em 2013, em Portugal, 10.7% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. Ao longo da última década esta taxa sofreu várias oscilações tendo atingido o seu valor mais elevado em 2007 (11.8%) e o valor mais baixo em 2006 e 2009 (9.7%). No entanto, desde 2011, ano de entrada da *troika* em Portugal, o risco de pobreza junto da população com emprego aumentou 0.8 pp.

Apesar da percentagem elevada de trabalhadores pobres, é junto da população sem emprego que a vulnerabilidade à pobreza é maior (24.7%). É importante sublinhar que, em 2013, 40.5% dos desempregados e 32.4% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Desde 2011 a taxa de risco de pobreza aumentou 2.1 pp para os desempregados e 3.2 pp para os outros inativos.

Relativamente a população reformada, apesar de existir um ligeiro aumento no período homólogo (0.1 pp), verifica-se um decréscimo constante da taxa de risco de pobreza desde 2006. Entre 2011 e 2013, o risco de pobreza para este grupo diminuiu 3 pp.

Quadro 12: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2014) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total com emprego	12.4	11.9	11.2	9.7	11.8	10.3	9.7	10.3	9.9	10.5	10.7
Total sem emprego	27.8	26.6	26.3	26.9	24.8	24.4	24.5	24.3	24.1	23.8	24.7
Desempregado	32.0	28.4	31.1	32.2	34.6	37.0	36.4	36.0	38.4	40.3	40.5
Reformado	25.8	25.1	22.9	23.1	20.1	17.4	18.5	17.9	15.9	12.8	12.9
Outros inativos	29.0	27.9	29.0	30.2	28.3	29.9	28.0	28.4	29.2	29.6	32.4

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

Em 2013, o INE procedeu pela primeira vez ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009), tendo por base a variação do índice de preços no consumidor. De facto, a taxa de risco de pobreza tem como base um conceito de pobreza relativa onde o cálculo do limiar de pobreza é influenciado pelas variações do rendimento médio da população. Com este indicador, procura-se conhecer a taxa de pobreza da população no momento da recolha de novos dados tendo em conta o limiar de pobreza de determinado ano (2009). Assim, se o rendimento médio da população tivesse permanecido relativamente estável entre 2009 e 2013, e tendo em conta a variação do índice de preços no consumidor, o limiar de pobreza em 2013 seria de 5639€, mais 702€ do que o limiar calculado com base no rendimento médio efetivo da população em 2013.

Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2013, seria de 25.9%, mais 6.4 pp do que a taxa de pobreza verificada através do cálculo normal. Verifica-se um aumento no risco de pobreza junto de todos os grupos etários, sendo que é junto dos mais idosos que se encontra uma maior

discrepância entre o risco de pobreza de 2013 (15.1%) e esta vulnerabilidade calculada com base nos valores de 2009 (25.5%). Sublinhe-se ainda que, ao contrário da taxa de pobreza de 2013, onde se verifica uma gradual diminuição da vulnerabilidade junto dos idosos, analisando o limiar de pobreza ancorado no tempo, verifica-se que, com exceção de 2011, a situação da população mais idosa tem vindo a degradar-se desde 2009, altura em que 21% das pessoas com 65 anos ou mais estavam em risco de pobreza.

Fazendo apenas a análise da taxa de risco de pobreza com base no limiar ancorado no tempo, continuam a ser as crianças que apresentam maior vulnerabilidade (31.1%). Refira-se ainda que o aumento desta taxa tem sido gradual desde 2009 quando 22.4% das crianças estavam em situação de pobreza.

Quadro 13: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2014

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012	2013 (Po)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5624	5639
Taxa de risco de Pobreza (total)	%	17.9	19.6	21.3	24.7	25.9
0 - 17 anos	%	22.4	23.9	26.1	30.9	31.1
18-64 anos	%	15.7	17.7	20.3	23.7	24.6
65 + anos	%	21.0	21.6	19.8	22.4	25.5

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida / Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza²²

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados do INE indicam para 2013 um novo agravamento da intensidade da pobreza (30.3%), mais 2.9 pp face a 2012 e mais 6.2 pp face a 2011, altura do início do plano de resgate em Portugal. Entre 2011 e 2013 esta taxa aumentou para todas os grupos etários: grupo com idades entre os 0-17 anos (26.9% para 32.7%); grupo com idades entre os 18-64 anos (26.9% para 32.7%) e grupo com 65 e mais anos (11.4% para 20.6%). A taxa de intensidade da pobreza é superior junto da população masculina (31.2%).

Quadro 14: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2007 - EU-SILC2014) (%)

Ano de referência dos dados	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Total	24.3	23.2	23.6	22.7	23.2	24.1	27.4	30.3
Homens	24.3	22.5	24.9	23.1	23.4	25.3	28.4	31.2
Mulheres	24.2	23.6	23.0	22.6	23.0	23.2	27.0	29.3

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

²² INE; www.ine.pt, outubro 2015

Desigualdade na distribuição do rendimento²³

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), **em 2013, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6.2 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.** Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferem 11.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre (10.7 em 2012 e 10.0 em 2011).

Temos vindo a assistir nestes últimos anos a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades desde 2009. No caso do coeficiente de Gini, verifica-se igualmente uma tendência de agravamento das desigualdades, apesar de em 2012 ter existido uma pequena redução dos valores.

Quadro 15: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2007 - EU-SILC2014)

Ano de referência de dados	Un.	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Coeficiente de <i>Gini</i> ²⁴	%	37.8	38.1	37.7	36.8	35.8	35.4	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	7.0	7.0	6.7	6.5	6.1	6.0	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	12.3	12.2	11.9	10.8	10.0	10.3	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

²³ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios), INE, Março de 2014; www.ine.pt

²⁴ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza²⁵

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo os dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 47.8% na população residente em 2013 se apenas considerássemos os rendimentos do trabalho, de capital e das transferências privadas. Este valor tem vindo a aumentar de forma constante desde 2006, e, entre 2011 e 2013, a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais aumentou 2.4 pp. Refira-se ainda que as pensões apresentam-se como uma importante medida social no combate a vulnerabilidade à pobreza. De facto, se considerarmos as pensões no cálculo da taxa de pobreza, esta reduz-se para 26.7% em 2013. No entanto, verifica-se igualmente um aumento da taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões entre 2011 e 2013 (mais 1.4 pp).

Quadro 16: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2007-2014 (%)

Ano de referência dos dados	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41.3	40.8	40.2	40.0	41.5	41.5	43.4	42.5	45.4	46.9	47.8
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	26.5	25.7	25.1	24.2	24.9	24.3	26.4	25.4	25.3	25.5	26.7
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20.4	19.4	18.5	18.1	18.5	17.9	17.9	18.0	17.9	18.7	19.5

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Risco de Pobreza e Exclusão Social²⁶

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**²⁷. Refira-se ainda que este indicador combina

²⁵ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015; www.ine.pt

²⁶ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015; www.ine.pt.

²⁷ Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral per capita), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

➤ Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social

Os dados do INE indicam que, em 2014, 27.5% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social, não sendo previstas alterações face aos valores de 2013. Sublinhe-se, no entanto, um aumento de 3.1 pp desde o início do programa de resgate financeiro de Portugal, em 2011. Aqui verifica-se uma desigualdade de género, sendo que para as mulheres a taxa é de 28.1% e para os homens de 26.7%.

Quadro 17: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2008 - 2014) (%)

Ano do inquérito	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População em risco de pobreza ou exclusão social	26.0	24.9	25.3	24.4	25.3	27.5	27.5

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida; atualização em 16 de outubro de 2015

➤ Privação Material e Privação Material Severa²⁸

Tal como explicado na primeira parte deste documento, a privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. A privação material severa, por outro lado corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens.

Em Portugal, em 2014, 25.7% da população encontrava-se em situação de privação material e 10.6% em situação de privação material severa. Verifica-se um agravamento constante da privação material, desde 2011, altura em que atingia 20.9% da população (menos 4.8 pp. face a 2014). Em relação a privação material severa há um aumento de 2.3 pp face a 2011 mas uma diminuição de 0.3 pp face a 2013.

Quadro 18: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2004-2014)

Ano de referência	un.	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
T. de privação material	%	21.7	21.2	19.9	22.4	23.0	21.5	22.5	20.9	21.8	25.5	25.7
T. de privação material severa	%	9.9	9.3	9.1	9.6	9.7	9.1	9.0	8.3	8.6	10.9	10.6
Int. da privação material	nº	3.7	3.7	3.7	3.7	3.6	3.7	3.6	3.6	3.6	3.6	3.6

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento; atualização em 16 de outubro de 2015

²⁸ INE, *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015; www.ine.pt

Durante a aplicação do EU-SILC em 2013 e em 2014 foram recolhidos dados sobre a privação material. No seguimento dessa recolha de dados, em 2013, o INE disponibilizou dados sobre a privação material das crianças. Em 2014, o foco de análise da privação material foi a população com mais de 15 anos.

Quadro 19: Dificuldades económicas referidas pela população com 16 ou mais anos, EU-SILC 2009, 2013 e 2014 (%)

Ano de referência	2009	2013	2014 (Po)
Sem possibilidade de substituição de roupa usada por alguma roupa nova (excluindo roupa em segunda mão)	17.2	20.5	19.0
Sem dois pares de sapatos de tamanho adequado (incluindo um par de sapatos para todas as condições meteorológicas)	5.7	2.4	3.2
Sem possibilidade de encontrar-se com amigos/familiares para uma bebida /refeição pelo menos uma vez por mês	19.0	15.3	15.5
Sem possibilidade de participar regularmente numa atividade de lazer	22.5	21.0	20.6
Sem possibilidade de gastar semanalmente uma pequena quantidade de dinheiro consigo próprio	21.5	18.9	17.9
Sem acesso à internet em casa para uso pessoal	X	10.1	8.9

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Po - Valor provisório

X - dado não disponível

Cerca de um quinto da população com mais de 15 anos não tem possibilidades de participar regularmente numa atividade de lazer (20.6%) e não pode substituir roupa usada por alguma roupa nova (19%). A população que não pode gastar semanalmente uma pequena quantidade de dinheiro consigo próprio é também elevada (17.9%). Relativamente ao período homólogo, há uma diminuição da percentagem de população em situação de privação material na maior parte dos indicadores disponibilizados (entre 0.4 e 1.5 pp).

➤ **Intensidade Laboral**

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados do INE indicam que, em 2012, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico ao período homólogo e apresenta um acréscimo de 2.1 pp face a 2011.

Quadro 20: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2004 – EU-SILC 2014) (%)

Ano de referência	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	6.9	5.9	6.6	7.2	6.3	6.9	8.6	8.2	10.1	12.2	12.2

Fonte: EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Emprego/ desemprego

Os dados do INE apontam para a existência de 726 mil pessoas em situação de desemprego²⁹ em 2014, o que representa um decréscimo homólogo de 15.1% (menos 129,2 mil pessoas). A taxa de desemprego foi de 13,9%, em 2014, um decréscimo de 2.3 p.p. face a 2013 e um aumento de 1.2 pp face a 2011, ano do resgate financeiro a Portugal. O desemprego continua a abranger uma maior proporção de mulheres (14.3%) do que de homens (13.5%). Os últimos dados disponíveis no INE **de agosto de 2015**³⁰ revelam que a taxa de desemprego da população ativa foi de 12.2%, sendo superior nas mulheres (12.5%) e 11.9% para os homens.

Em 2014, a região com maior taxa de desemprego foi a Região Autónoma (R. A.) dos Açores (16.3%), sendo seguida pela R. A. da Madeira (16.3%) e pelo Norte (14.8%). Verifica-se assim uma alteração face ao período homólogo quando as áreas mais afetadas pelo desemprego eram a R. A. da Madeira, Lisboa e o Norte. Refira-se igualmente que se verifica uma diminuição da taxa de desemprego em todas as regiões do país face a 2013, sendo a maior redução a que se verificou na R. A. da Madeira (menos 2.7 pp). Se compararmos com 2011, verificamos que o maior aumento da taxa de desemprego ocorreu na R. A. da Madeira e no Alentejo (1.9 pp em ambos os casos). A região do Algarve, pelo contrário foi a única região onde houve uma redução da taxa de desemprego nesse período (-0.9 pp).

O desemprego de longa duração abrangeu, em 2014 9.1% da população com mais de 14 anos disponível para trabalhar. Este valor diminuiu 0.9 pp face ao período homólogo, mas mantém-se superior ao valor registado em 2011 (2.4 pp). Refira-se ainda que existem quatro regiões em que esta taxa é superior a média nacional: Região Autónoma da Madeira (11.1%), Norte (10.4%), Região Autónoma dos Açores (9.8%) e Lisboa (9.6%). A taxa de desemprego de longa duração mais baixa é da região Centro (6.6%).

²⁹ INE; *Destaque - Estatísticas do Emprego*, 4º trimestre de 2014, 4 de fevereiro de 2014; www.ine.pt

³⁰ INE, *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*, Julho de 2015, de 31 de agosto de 2015.

Quadro 21: Taxa de desemprego total (valor anual)

	2011	2012	2013	2014
H/M	12.7	15.5	16.2	13.9
Homens	12.3	15.6	16.0	13.5
Mulheres	13.0	15.5	16.4	14.3
Desemprego de longa duração	6.7	8.4	10.0	9.1
Região Norte	13.0	16.0	17.1	14.8
Região Centro	9.0	11.3	11.4	10.5
Região Lisboa	13.8	16.8	17.3	14.3
Região Alentejo	12.5	15.7	16.4	14.4
Região Algarve	15.4	17.6	16.9	14.5
R. A Açores	11.3	15.1	17.0	16.3
R. A. Madeira	13.5	17.2	18.1	15.4

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego – 4º Trimestre de 2014

Segundo os últimos dados disponibilizados pelo INE relativos ao **2º trimestre de 2015**³¹ por local de residência a taxa de desemprego era de 11.9%.

Quadro 22: Taxa de desemprego por local de residência (NUTS -2013)

Local de residência	H/M	H	M
Portugal	11.9	12.0	11.8
Continente	11.9	11.9	11.9
R.A. dos açores	11.3	13.4	3.6
R.A. Madeira	13.6	15.2	12.1

No entanto, é junto dos jovens que a taxa de desemprego atinge valores mais elevados. Em 2014, mais de um terço dos jovens entre os 15 e os 24 anos que se encontravam disponíveis para trabalhar estavam em situação de desemprego (34.8%). Verificou-se uma diminuição de 3.3 pp na taxa de desemprego jovem face a 2013, mas mantém-se um aumento face a 2011 (4.5 pp).

³¹ INE, *Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2015*, 5 de agosto de 2015.

Relativamente ao nível de escolaridade, em 2014, a taxa de desemprego foi maior junto da população com o ensino básico completo (16.6%), sendo também foi superior a média nacional junto da população com o ensino secundário e pós secundário completo e o 2º ciclo do ensino básico. Face ao período homólogo, verifica-se uma diminuição da taxa de desemprego em todos os níveis de escolaridade, sendo que a maior alteração ocorreu junto da população sem nenhum nível de escolaridade (menos 3.4 pp) e da população com o 2º ciclo do ensino básico (menos 3 pp). No entanto, se compararmos a taxa de desemprego atual com a que se verificava em 2011, verifica-se um aumento em todos os níveis de escolaridade, com maior peso junto da população sem nenhum nível de escolaridade (2.3 pp), população com 1º ciclo do ensino básico (1.9 pp) e população com ensino secundário e pós-secundário (1.9 pp).

Quadro 23: Taxa de desemprego por grupo etário, sexo e nível de escolaridade completo ³²

Portugal	2011	2012	2013	2014
Taxa de desemprego	12.7	15.5	16.2	13.9
Grupo etário				
15 aos 24 anos	30.3	37.9	38.1	34.8
25 aos 34 anos	14.1	18.1	19.0	15.5
35 aos 44 anos	11.0	13.3	14.4	11.7
45 aos 54 anos	10.9	13.0	13.6	11.4
55 aos 64 anos	10.8	12.7	13.7	13.5
65 e mais anos	-	1.6	-	1.8
Nível de escolaridade completo				
Nenhum	11.6	14.4	17.3	13.9
Básico – 1º ciclo	10.8	13.3	14.1	12.7
Básico – 2º ciclo	13.9	16.5	18.0	15.0
Básico – 3º ciclo	16.1	18.5	18.6	16.6
Secundário e pós-secundário	13.4	17.6	17.4	15.3
Superior	9.0	11.6	12.6	10.0

Fonte: INE

A taxa de inatividade (15 ou mais anos) foi de 41.2%, verificando-se um aumento de 0.5 pp face a 2013 e de 1.8 pp face a 2011. A população inativa com mais de 14 anos aumentou 0.8% face a 2013, representando mais 30.6 mil pessoas. Em 2014, 3657.9 mil pessoas com mais de 14 anos estavam em situação de inatividade. Analisando as regiões, foi no Alentejo que se verificou a maior taxa de inatividade (44.2%). Por outro lado, a R. A. da Madeira foi a que possuiu a menor taxa de inatividade (40.5%). Relativamente ao período homólogo, verificou-se um aumento da taxa de inatividade com exceção do Alentejo (menos 0.1 pp), Algarve e da RA dos Açores (ambas tiveram uma diminuição de 0.8 pp). O maior aumento da taxa de inatividade verificou-se na região Centro (1 pp).³³

³² INE

³³ INE , *Estatísticas do Emprego 2014*, 4º trimestre, www.ine.pt

Por outro lado, a taxa de emprego foi de 50.7% um crescimento de 1 pp face a 2013. No entanto, sublinhe-se que o aumento verificado na taxa de emprego no período homólogo reflete não só um aumento da população empregada (mais 70.1 mil pessoas), como também uma diminuição da população ativa (menos 59 mil pessoas).

Tendo em conta as estatísticas do IEFP, no final do mês de março de 2015, existiam 590 605 indivíduos inscritos nos Centros de Emprego do Continente e Regiões Autónomas como desempregados. Este número representa 70.7% de um total de 835 626 pedidos de emprego. O total de desempregados registados no País diminuiu (-14,4%; -99 220), em comparação com o mês homólogo do ano anterior.

A diminuição do número de desempregados inscritos verificou-se em todos os grupos em análise. Assim enquanto se evidenciou uma quebra anual do desemprego nos homens de 15,3%, nas mulheres a diminuição foi de 13.5%. No que respeita à idade, os segmentos dos adultos tiveram uma diminuição de 13.8%, e nos jovens apresentaram uma descida de 18.3%. Quanto ao tempo de inscrição, verificou-se uma diminuição homóloga de 16,0% ao nível dos desempregados inscritos há menos de um ano e de 12.7% junto dos desempregados de longa duração (tempo de inscrição igual ou superior a um ano). Refira-se ainda que as mulheres representavam 51.4% dos inscritos como desempregados, os jovens representavam 12.6% e o desemprego de longa duração correspondia a 49.3% dos inscritos.

➤ **Retribuição Mínima Mensal Garantida**

Tendo em conta apenas Portugal continental, a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que em abril de 2014 auferiam a retribuição mínima mensal garantida é de 12.9%. Esta proporção tem vindo a aumentar desde 2009, altura em que 8.1% dos TCO recebiam o salário mínimo nacional. Sublinhe-se ainda a diferença verificada entre homens e mulheres. Em abril de 2014, 9.4% dos homens empregados a tempo inteiro recebiam esta remuneração e 17.5% das mulheres auferiam o salário mínimo. Foi também junto das mulheres TCO que se verificou um maior aumento desta proporção entre 2009 e 2014. Neste período a proporção de mulheres com salário mínimo aumentou 5.6 pp e a dos homens aumentou 4.1 pp.

Quadro 24: Proporção de TCO a tempo completo que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida

Continente	abril					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Homens	5.3	6.4	8.1	8.3	9.2	9.4
Mulheres	11.9	13.4	14.7	15.3	15.1	17.5
Total	8.1	9.4	10.9	11.3	11.7	12.9

Fonte: INE

Prestações Sociais

Um dos aspetos relevantes neste período de crise económica pelo qual o país tem passado prende-se com as mudanças ocorridas nas regras de acesso a algumas das prestações sociais e nos montantes adstritos às mesmas. Esta situação tem-se traduzido numa redução no número de beneficiários e nos valores recebidos o que

necessariamente tem impacto na economia das famílias. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas das prestações sociais (RSI; CSI; Desemprego).

➤ **Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)**

Quadro 25: Famílias e Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

	Anual				Mensal			
	2010	2011	2012	2013	12-2012	12-2013	12-2014	06-2015
Famílias com processamento de RSI	206 700	173 028	160 358	148 107	111 980	97 472	91 333	92 790
Beneficiários com processamento de RSI	526 013	447 605	420 803	360 153	280 912	231 136	210 669	208 974

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/julho/2015

Quadro 26: Valor Médio processado (dados mensais) do Rendimento Social de Inserção (€)

	12-2010	12-2011	12-2012	12-2013	12-2014	06-15
Por Família	228.07	242.01	214.68	210.85	215.37	251.16
Por Beneficiário	87.61	89.09	83.54	86.65	91.84	93.60

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/julho/2015

Segundo os últimos dados divulgados pela Segurança Social que reportam a junho de 2015 verifica-se que o nº de famílias com processamento de RSI era de 92.790 e o nº de beneficiários era de 208 974. O valor médio processado em junho de 2015 foi de 93.60 euros por beneficiário e de 215.16 por família.

➤ **Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)**

	Anual				Mensal			
	2010	2011	2012	2013	08-2011	08-2012	08-2013	08-2014
Complemento Solidário para Idosos	246 664	248 734	244 869	237 844	235 793	232 184	225 567	172 145

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados 1/janeiro/2015

Os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social reportam a junho de 2015 e revelam que o número de beneficiários do CSI era de 165.825.

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e ano de processamento (nº)**

	Anual				Mensal			
	2010	2011	2012	2013	12-2011	12-2012	12-2013	12-2014
Subsídio de Desemprego	424 966	453 413	543 615	562 998	261 293	331 357	309 081	245 668
Subsídio Social Desemprego Inicial	108 879	69 644	62 230	47 826	26 949	28 673	19 529	14 310
Subsídio Social Desemprego Subsequente	92 734	66 908	77 905	100 617	29 049	40 160	48 274	46 048
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	103	68	87	88	27	44	38	36
Total	626 682	590 033	683 837	711 529	334 184	400 234	376 922	306 062

Fonte: Segurança Social³⁴

Segundo os últimos dados disponibilizados pela Segurança Social de junho de 2015 revelam que 268.141 beneficiavam de prestações de Desemprego (nas prestações do desemprego inclui o Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego).

	06-2015
Subsídio de desemprego	209.997
Subsídio Social de Desemprego Inicial	10.976
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	47.134
Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego.	34
TOTAL	268.141

³⁴Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; Caso um beneficiário tenha lançamento por mais de um tipo de subsídio no ano, ele é contabilizado uma vez em cada um dos subsídios; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

- **Prestações de Desemprego: Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio e ano de processamento (€)**

	2010	2011	2012	2013
Subsídio de Desemprego	548.38	564.32	565.48	534.83
Subsídio Social Desemprego Inicial	353.11	421.50	415.69	379.40
Subsídio Social Desemprego Subsequente	363.32	423.35	419.67	407.33
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	359.21	381.90	373.07	374.90
Total	493.01	537.89	541.35	513.34

Fonte: Segurança Social³⁵

Segundo os últimos dados da Segurança Social o valor médio mensal de subsídio de desemprego por beneficiário era de 452.33 em junho de 2015.

Sobre-endividamento³⁶

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pelo Gabinete de Apoio ao Sobre-endividado da DECO no seu Boletim Estatístico de Dezembro de 2014.

Quadro 27: Processos e pedidos de informação de Sobre-endividamento

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Nº de Processos	2034	2812	2838	4292	5407	4034	2768
Nº de Pedidos de Informação	6724	13194	11960	20023	23183	29214	29006

Fonte: GAS DECO

Após um aumento do número de processos abertos em 2011 e 2012, o número de processos abertos em 2014 volta a aproximar-se dos valores existentes em 2009 e 2010. Os titulares dos processos abertos em 2014 possuíam em média 4 créditos, um número inferior ao dos anos anteriores. Em 2013 a média foi de 5 créditos e em 2008 e 2009 existiam em média 7 créditos associados a cada processo aberto. Em 2014, 33% da dívida referia-se ao crédito pessoal, 31% a utilização do cartão de crédito e 17% ao crédito habitação.

³⁵ Notas: Inclui dados do Subsídio de Desemprego, Subsídio Social de Desemprego Inicial, Subsídio Social de Desemprego Subsequente e Prolongamento de Subsídio Social de Desemprego; A partir de 2005 apenas são contabilizados beneficiários com lançamento cujo o motivo tenha sido "Concessão Normal"; Situação da base de dados em 1/fevereiro/2014; Dados sujeitos a atualizações. In <http://www4.seg-social.pt/estatisticas>

³⁶ GAS DECO, *Boletim Estatístico*, Dezembro 2014 in <http://gasdeco.net/activeapp/wp-content/uploads/2015/02/GAS-boletim-anual-2014.pdf>

A maior parte dos titulares dos processos abertos em 2014 tinham entre 40 e 54 anos (39%) e entre 25 e 39 anos (33%). Face a 2012 e 2013, verifica-se uma diminuição da proporção de titulares nestas duas faixas etárias e aumento nos grupos etários mais elevados (entre 55 e 65 anos e mais de 65 anos)

Quadro 28: Estrutura etária da população que solicitou apoio ao GAS (%)

	2012	2013	2014
Menos de 25 anos	2	3	2
Entre os 25 e os 39 anos	37	35	33
Entre os 40 e os 54 anos	40	40	39
Entre os 55 e os 64 anos	16	16	19
65 anos e mais	5	6	7

Fonte: GAS DECO

Tendo em conta a situação profissional dos titulares dos processos abertos em 2014, verifica-se o elevado peso dos trabalhadores por conta de outrem do sector privado (35%) e dos desempregados (30%). Refira-se ainda a existência de uma diminuição face ao período homólogo da proporção dos trabalhadores com conta de outrem e dos trabalhadores por conta própria e um aumento dos reformados.

Quadro 29: Situação profissional da população que solicitou apoio ao GAS (%)

	2012	2013	2014
Desempregado	29	30	30
Reformado	13	12	15
Trabalhador Sector Privado	34	36	35
Trabalhador Sector Público	19	16	15
Trabalhador Conta Própria	5	6	5

Fonte: GAS DECO

As principais causas para o sobre-endividamento continuam a ser a deterioração das condições laborais (31%) e o desemprego (33%). No entanto, refira-se uma diminuição de processos abertos causados por estes dois fatores face ao período homólogo (4pp no caso do desemprego e 1 pp devido as condições laborais), e um aumento de processos causados por situações de penhora (3 pp), de divórcio (1pp) e de doença (1pp)

Quadro 30: Causas para processo de sobre-endividamento (%)

	2013	2014
Desemprego	35	31
Deterioração das condições laborais	34	33

Divórcio / Separação	10	11
Alteração do agregado familiar	8	8
Penhora	6	9
Doença	5	6
Fiador	2	2

Fonte: GAS DECO

Índice de Bem-estar³⁷

Em 2013, o INE apresentou pela primeira vez os resultados do índice de bem-estar, um instrumento estatístico que pretende disponibilizar regularmente dados que permitam acompanhar a evolução do bem-estar e progresso social em duas vertentes determinantes - Condições materiais de vida das famílias e Qualidade de vida. Estas duas vertentes englobam os seguintes domínios de análise:

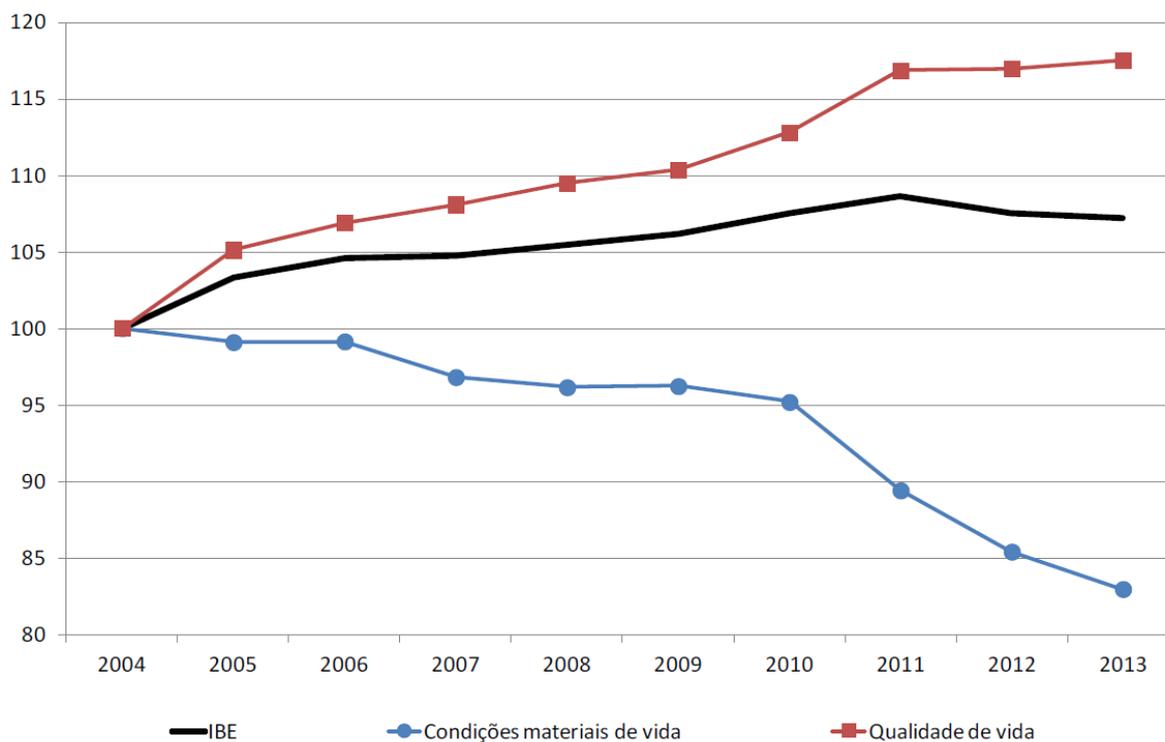
a) Condições materiais de vida: bem-estar económico; vulnerabilidade económica; trabalho e remuneração;

b) Qualidade de vida: saúde; balanço vida-trabalho; educação, conhecimento e competências; relações sociais e bem-estar subjetivo; participação cívica e governação; segurança pessoal; e ambiente

Os dados disponibilizados em 2014, pelo INE, indica uma redução do índice de bem-estar em 2012 e projeta-se a continuação desse agravamento em 2013. Entre 2004 e 2011 verifica-se uma evolução positiva deste índice que atingiu 108.6 em 2011. Em 2012, baixa para 107.5 e prevê-se que em 2013 este índice seja de 107.2. Enquanto a dimensão da *qualidade de vida* mantém uma evolução positiva, ao nível das condições materiais de vida verifica-se uma redução constante deste domínio desde 2004, sendo mais a evolução negativa mais acentuada a partir de 2011. Em 2010, este índice estava situado em 89.4, tendo baixado para 85.4 em 2012 e prevê-se a sua redução para 83 em 2013. Desta forma, projeta-se uma desvalorização de 17 p.p. entre 2004 e 2013

³⁷ INE, *Destaque - Índice de Bem-estar 2004-2013*, 04 de novembro de 2014

Gráfico 4: Evolução do Índice de Bem-estar entre 2004 e 2013



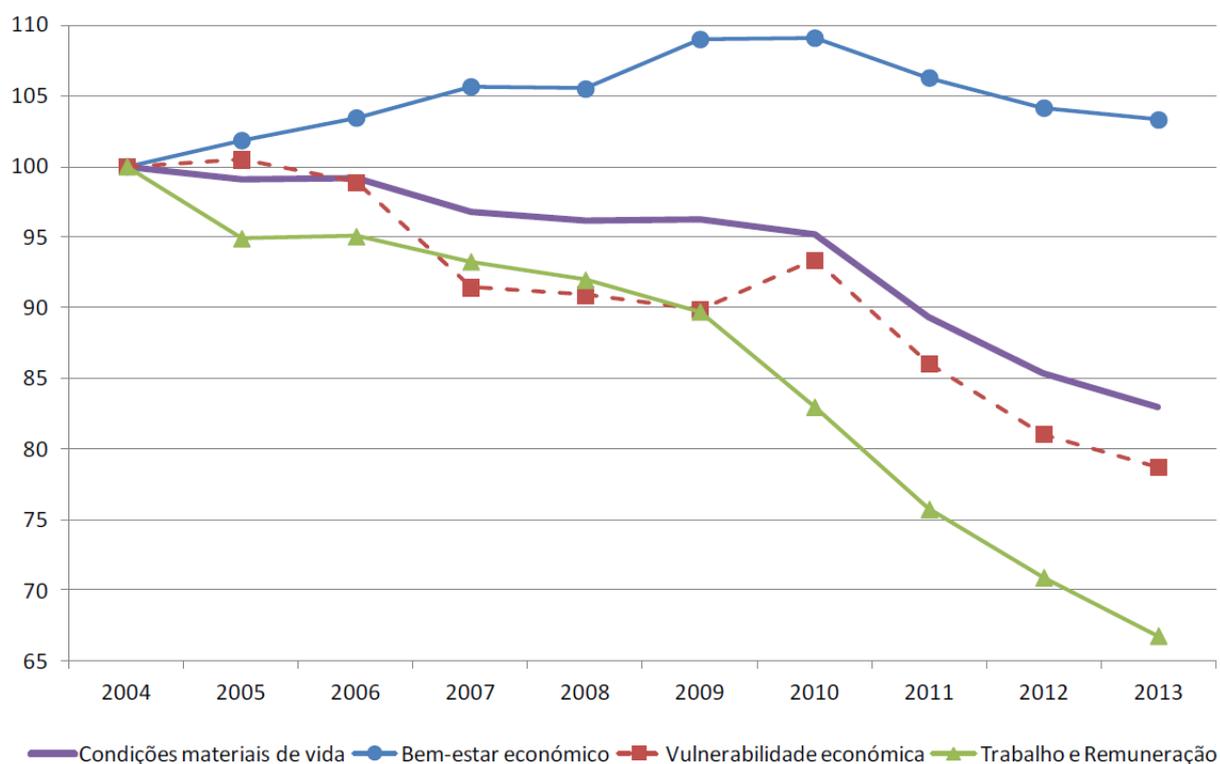
Fonte: INE

Na vertente das condições materiais de vida os dois domínios onde se verifica uma evolução negativa mais acentuada entre 2004 e 2012 referem-se ao *trabalho e remuneração* (-4.2%) e a *vulnerabilidade económica* (-2.6%). Entre 2004 e 2013 verificou-se um decréscimo de 33.2 pp no domínio do trabalho e remuneração sendo o domínio com maior desvalorização. Refira-se que entre 2004 e 2012 os diferentes indicadores³⁸ que compõem este domínio possuíram, em geral, uma variação média anual negativa, sendo os contributos mais relevantes para a desvalorização os seguintes itens: subemprego dos trabalhadores a tempo parcial (-15.4%); taxa de desemprego (-10.1%); taxa de desemprego jovem (até aos 34 anos) (-10.4%); proporção de pessoas que pensam ser provável ou muito provável perder o seu emprego nos seis meses seguintes (-8.4%); disparidade salarial entre homens e mulheres (-7%).

No domínio da vulnerabilidade económica destaca-se a forte variação negativa (-12.6%) da taxa de exclusão do mercado de trabalho ao nível do agregado (proporção de indivíduos com 15 e mais anos residentes em agregados onde todos os ativos eram desempregados). A taxa de sobrecarga das despesas em habitação teve uma desvalorização de 6.9%.

³⁸ Taxa de emprego; Proporção de trabalhadores com 25 e mais anos com contrato de trabalho a termo; Taxa de desemprego; Proporção de desempregados de longa duração; Taxa de desemprego da população com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior; Taxa de desemprego da população dos 15 aos 34 anos; Inativos por 100 empregados; Subemprego dos trabalhadores a tempo parcial; Disparidade salarial entre homens e mulheres (valores não ajustados); Proporção de pessoas que pensam ser provável ou muito provável perder o seu emprego nos seis meses seguintes; Remuneração mediana mensal líquida do trabalho por conta de outrem, em termos reais (preços de 2004); Remuneração mediana mensal líquida dos pensionistas, em termos reais (preços de 2004); Proporção da população desempregada inscrita num Centro de Emprego do IEFP que não recebe nenhum tipo de subsídio relacionado com o desemprego

Gráfico 5: Evolução da vertente *Condições Materiais de vida* entre 2004 e 2013



Fonte: INE

Na vertente da Qualidade de vida, os domínios que apresentam uma evolução positiva entre 2004 e 2012 são: *educação, conhecimento e competências* (6.1%); *saúde* (2.9%); *ambiente* (2.9%); *balanço vida-trabalho* (1.4%); e *segurança pessoal* (0.3%). Os domínios da *participação cívica e governação* e *relações sociais e bem-estar subjetivo*, pelo contrário, tiveram uma evolução média negativa nesse período (-0.5% e -0.3% respetivamente).

Emigração portuguesa³⁹

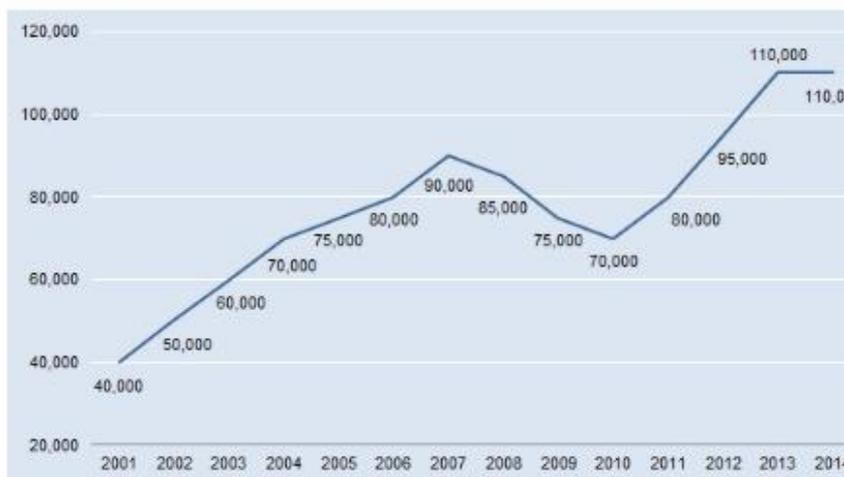
Segundo os dados do Observatório da Emigração, estima-se que em 2010 existissem cerca de 2.2 milhões de emigrantes portugueses espalhados pelo mundo, equivalendo a 20.8% da população residente em Portugal. Apenas em 2013 entraram nos países de destino cerca de 110 mil emigrantes portugueses, mais 15 mil emigrantes que em 2012 e mais 30 mil do que em 2011. Depois de Malta, Portugal é o país da União Europeia com maior proporção de emigrantes. Por outro lado, a população imigrante residente em Portugal é de 0.9 milhões, correspondendo a 8.6% da população residente em Portugal. Relembre-se que entre 2012 e 2013 verificou-se uma diminuição da população residente em Portugal de 0.5%.

³⁹ Observatório da Emigração (2014), Portuguese Emigration Factbook 2014, Lisbon, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMFB2014

Desde 2010, com a natureza assimétrica da chamada crise das dívidas soberanas e os efeitos recessivos das políticas de austeridade, a emigração passou a crescer mais do que no período anterior, estabilizando entre 2013 e 2014 na casa das 110 mil saídas ano, valores só antes observados nos anos 1960/70.



Figura Saídas totais de emigrantes portugueses, 2001-2014



Nota: os dados de 2014 são provisórios.

Fonte: Observatório da Emigração com base nos dados sobre as entradas portuguesas nos países de destino.

[Rui Pena Pires]

Quadro 31: Principais indicadores

	Ano	Portugal
População emigrante portuguesa (Nº/mil)	2010	2 230.0
Proporção dos emigrantes face a população residente em Portugal (%)	2010	20.8
Emigrantes com ensino superior (%) (emigraram com mais de 22 anos)	2000	13.1
População imigrante em Portugal (Nº/mil)	2010	918.6
Percentagem da população imigrante em Portugal (%)	2010	8.6
Remessas enviadas pelos emigrantes portugueses (€/ mil)	2013	3 015 777
Percentagem das remessas no PIB (%)	2013	1.8
Saída de remessas dos imigrantes (€/ mil)	2013	556 044

Fonte: Observatório da Emigração, CIES-IUL

Ao nível do perfil dos emigrantes, verifica-se um maior nível de qualificação desta população. Em 2011, 11% dos emigrantes portugueses residentes em países da OCDE tinham nível de qualificação superior, mais 4.2 pp do que em 2001 e correspondendo a um aumento de mais de 50%. Por outro lado, verificou-se uma diminuição da população emigrante com ensino básico em 7.5 pp entre 2001 e 2011. Apesar desta alteração, o Observatório da Emigração chama a atenção para o facto dos dados disponíveis não permitirem perceber se o aumento da qualificação da população emigrante é um reflexo do aumento de qualificação da população portuguesa ou se existe efetivamente de uma maior procura da emigração por parte da população com ensino superior.

Relativamente a estrutura etária dos emigrantes portugueses nos países da OCDE, verifica-se um envelhecimento desta população. Entre 2001 e 2011, existiu um aumento de 4.8 pp na população emigrantes com 65 anos ou mais. Sublinhe-se que Portugal tem um passado emigratório importante e o número de emigrantes portugueses é influenciado quer pelos fluxos do passado como os do presente. Desta forma, o número de emigrantes no continente Americano tem vindo a diminuir e a envelhecer, apesar de existir alguns sinais de aumento do fluxo emigratório para o Brasil. Dentro da Europa, nos países de destino dos fluxos migratórios da década de 60⁴⁰, os novos fluxos tem compensado a mortalidade, o retorno e a remigração dos emigrantes que já se encontravam nesses países, mas não tem impedido o envelhecimento desta população. Junto dos novos países europeus de destino da emigração portuguesa, nomeadamente a Suíça, o Reino Unido e a Espanha, a população é jovem e verifica-se um aumento desta população.

Quadro 32: Perfil dos emigrantes portuguesa residente em países da OCDE

	2001		2011	
	Nº (milhares)	%	Nº (milhares)	%
Total	1193	100	1474	100
Estrutura Etária				
15-24	82	6.9	93	6.3
25-64	991	83.1	1163	78.9
65 ou mais	120	10	218	14.8
Nível de escolaridade				
Básico	799	69.3	895	61.8
Médio	276	24.0	394	27.2
Superior	78	6.8	160	11.0
Desconhecido	40		26	

Fonte: Observatório da Emigração, CIES-IUL

⁴⁰ Alemanha, França e Luxemburgo

Sublinhe-se que 10 dos 16 principais países de destino da emigração portuguesa são países europeus, sendo o Reino Unido atualmente o principal país destino, com a entrada de 30 mil emigrantes portugueses em 2013. Suíça, França e Alemanha encontra-se igualmente entre os principais destinos com um fluxo de entrada de emigrantes portugueses de 20 mil, 18 mil e 11 mil respetivamente. Fora da Europa, os principais destinos são a Angola (5º principal país de destino) e Moçambique (7º principal país de destino). Em França e no Luxemburgo, a nacionalidade portuguesa é a mais representada entre os seus imigrantes. Na Suíça, a comunidade portuguesa é a segunda principal comunidade imigrante.

As remessas dos emigrantes portugueses representavam, em 2013, 1.8% do PIB nacional. A maior parte destas remessas são provenientes dos emigrantes que se encontram em França (30%) e na Suíça (25%). Entre 2012 e 2013, verificou-se um aumento de 10% no valor das remessas enviadas para Portugal e um aumento de 9% do seu peso no PIB. Por outro lado, o Brasil é o país para onde é enviada uma maior proporção (46%) das remessas dos imigrantes residentes em Portugal.

FONTES:

Bibliografia

- *1 out of every 8 persons in the EU could be 80 or above by 2080*, Newsrelease 166/2015 de 29 de Setembro de 2015.
- *Destaque - Índice de Bem-estar 2004-2013*, INE, novembro de 2014.
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2013 (dados provisórios)*, INE, março de 2014.
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2014 (dados provisórios)*, INE, janeiro de 2015.
- *Employment up by 0.1% in euro area and by 0.2% in EU28*, Newsrelease 45/2015 de 17 de Março 2015.
- *Employment up by 0.3% in euro area and 0.2% in EU28*, Newsrelease 157/2015 de 15 de Setembro de 2015.
- *Estatísticas do Emprego 2014*, 4º trimestre.
- *Euro area unemployment rate at 11.0%*, Newsrelaease 167/2015 de 30 de Setembro de 2015.
- *Euro area unemployment rate at 11.3%*, Newsrelaease 57/2015 de 31 de Março de 2015.
- European Commission, *The 2015 Ageing Report. Underlying assumptions and projection methodologies*, Brussels, EC_DG ECOFIN, 2014.
- European Union, *EU Employment and Social Situation*, Quarterly Review, Luxemburgo, Publications Office of the European Union, Março de 2015.
- Eurostat Newsrelease, Euroindicators- September 2015.
- Eurostat, *Being Young in Europe Today*, Luxembourg, Publications Office of the Europe Union, 2015.
- Eurostat, *Key figures on Europe_2014 edition*, Luxembourg, Publications Office of the European Union, 2014.
- Eurostat, *Smarter, greener, more inclusive? Indicators to support the European 2020 strategy*, European Union, 2015.
- GAS DECO, *Boletim Estatístico*, Dezembro 2014.
- INE, *Estatísticas do Emprego – 2º trimestre de 2015*, 5 de agosto de 2015.
- INE, *Estimativas Mensais de Emprego e Desemprego*, Julho de 2015, de 31 de agosto de 2015.
- International Labour Organization, *World Employment Social Outlook*, Genebra, ILO, 2015.
- Observatório da Emigração (2014), *Portuguese Emigration Factbook 2014*, Lisbon, Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMFB2014.
- *Women earned on average 16% less than men in 2013 in the EU*, Newsrelease 41/2015, 5 Março 2015.

Webgrafia

- <http://www.eapn.pt/observatorio-lisboa>
- <http://www.ine.pt>
- <http://www.iefp.pt>
- <http://www.seg-social.pt>
- <http://www.observatorioemigracao.pt>